

**Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte**  
**Direcção de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos**

# **Normas e Procedimentos**

**Definidos ao abrigo do**

**Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN de 2010**

Por:

Directora de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos

Abril 2010

## **1. Introdução**

Tendo em consideração o disposto no ponto III do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções - Identificação das Áreas e Tipos de Processos, dos Riscos e Infracções Conexas, da Qualificação da Frequência dos Riscos, das Medidas e dos Responsáveis, a Divisão de Gestão de Recursos reporta em anexo as medidas instituídas que previnem e anulam os riscos identificados.

As medidas instituídas estão documentadas com as normas e regulamentos de aplicação em vigor desde a data da respectiva publicitação.

Mais se reporta que para 2010, no âmbito dos objectivos operacionais estabelecido no plano de actividades: Assegurar a Liderança por resultados e avaliar o desempenho da DGR com recurso à auto-avaliação, é propósito da DGR mapear todos os seus processos e estabelecer os objectivos aos seus trabalhadores de acordo com a sua participação no processo, incentivando o trabalho de grupo e envolvendo todos os trabalhadores de modo a criar sinergias e evitar trabalhos redundantes.

Para este efeito foram criados grupos de trabalho por áreas de actividade, compostos pelos técnicos superiores e coordenadores técnicos.

Destes trabalhos resultará um único documento que constituirá a arquitectura da actividade da DGR desdobrada em processos enquanto centros de responsabilidade.

Nesta medida, a monitorização sistemática dos processos irá permitir a intervenção e revisão dos mesmos no tempo, possibilitando a avaliação dos indicadores de desempenho de cada trabalhador e reduzindo ou eliminando as probabilidades de risco de corrupção e infracções.

## **2. MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES**

*(Contempladas no Plano para 2010)*

**Área Funcional:** GESTÃO DE COMPRAS

**Processo:** Aquisição de Bens e Serviços e Contratos de Assistência Técnica

**Norma Reguladora:** Despacho Interno 31/DIR/DRAPN/2009.

**Fase do Processo:** Avaliação das necessidades e planeamento da contratação

**Identificação do Risco:** Tratamento deficitário da Estimativa de Custo

A norma reguladora do processo prevê no Anexo III a planificação de necessidades, competindo aos dirigentes, no âmbito da respectiva área de actuação, a elaboração e quantificação do plano anual a submeter à DGR, para cabimento orçamental e início do procedimento de formação dos contratos.

Para efeito de planeamento das necessidades de formação de contratos, para 2010, foi produzido o despacho nº 72/2009 de 14/12/2009, competindo aos dirigentes e responsáveis de núcleo a elaboração do plano de necessidades, o qual foi submetido à DGR até ao dia 15 de Janeiro de 2010.

Recebido o plano de Necessidades das Diversas UO, a DSAPG procede ao seu enquadramento nos seguintes domínios:

A – Necessidades abrangidas pelos Acordo Quadro

B – Necessidades integradas em agrupamento de entidades

C - Necessidades não abrangidas pelos domínios anteriores

**Relativamente às necessidades referidas em A**, estando os preços máximos fixados no respectivo acordo, a DRAPN negocia este e outros atributos da proposta, designadamente prazo e níveis de qualidade;

**Relativamente às necessidades referidas em B**, a DRAPN está vinculada aos atributos da proposta, designadamente o preço, estabelecidos no procedimento liderado pela entidade Representante do agrupamento.

**Relativamente às necessidades referidas em C**, a determinação do preço base é feita em função das tabelas de preços oficiais (ex: peças auto); Histórico dos procedimentos

Nesta situação enquadram-se os factores de produção, os produtos laboratoriais, peças para as oficinas e contratos de assistência técnica,

No âmbito dos procedimentos por ajuste directo, foi determinado pelo Sr. Director Regional, sob proposta da DSAGR, que se deverá proceder obrigatoriamente à negociação, nos procedimentos que figurem mais que uma entidade a apresentar proposta.

#### **Fase do Processo: Procedimentos Pré-contratuais**

**Identificação do Risco:** Não são efectuadas as verificações de impedimento na composição de júris e de quem participa na preparação e elaboração das peças.

Instituído a partir de 2010, no âmbito desta fase do processo, o procedimento de verificação de impedimentos na composição de júris através da assinatura de uma declaração de compromisso de honra de cada jurado, conforme modelo anexo.

#### **Fase do Processo: Celebração e execução do Contrato**

**Identificação do Risco:** Nem sempre é efectuado o acompanhamento e/ou a avaliação do desempenho de fornecedores e dos prestadores de serviços de forma sistemática.

A avaliação do contrato é da competência da entidade proponente da despesa, tendo em consideração a competência técnica para avaliar os serviços prestados e a proximidade ao local de prestação de serviços.

No âmbito dos procedimentos de controlo instituídos pela DGR de acordo com as fases da despesa referidas no anexo IV à norma que regula o processo, os contratos são remetidos aos serviços proponentes no início da respectiva execução devendo estes comunicar mensalmente para um e-mail atribuído ao processo a verificação das condições de execução, pelo que a factura mensal correspondente ao contrato só transita para pagamento depois de obtida esta confirmação positiva dos serviços prestados.

Em 2010, para além da verificação dos trabalhos executados pela entidade proponente, foi instituída a figura de gestor de contrato cuja função será acompanhar e monitorizar todo o processo de execução de contratos de maior complexidade, tendo sido fixado no âmbito do SIADAP 3 o correspondente objectivo ao trabalhador.

**Área Funcional:** GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

**Processo:** Recrutamento de Recursos Humanos

**Norma Reguladora:** Plano de Actividades/Mapa de Pessoal

**Fase do Processo:** Procedimentos pré contratuais

**Identificação do Risco:** Nem sempre são efectuadas as verificações de impedimento na composição de júris

Instituído a partir de 2010, no âmbito desta fase do processo, o procedimento de verificação de impedimentos na composição de júris através da assinatura de uma declaração de compromisso de honra de cada jurado, conforme modelo anexo.

**Fase do Processo:** Celebração do Contrato

**Identificação do Risco:** Não Identificado

**Área Funcional:** GESTÃO DE VIATURAS

**Processo:** Reparação de Viaturas

**Fase do Processo:** Avaliação da Necessidade de Reparação

**Identificação do Risco:** Participação do mesmo interveniente em diferentes fases do processo

**Norma Reguladora:** Regulamento de uso de veículos da DRAPN (MIERI090005)

A manutenção e reparação de viaturas encontra-se regulada no artigo 13º do Regulamento, devendo a avaliação da necessidade de reparação observar:

- a) Os parâmetros definidos pelo fabricante no manual de utilização do veículo.
- b) Tratando-se de contratos de AOV, as instruções dadas pela empresa de gestão de frota
- c) O parecer dos serviços técnicos, sempre que se registem custos significativos definidos anualmente pelo Dirigente Máximo do serviço sob proposta da DGR.

O Risco identificado não se verifica, tendo em consideração que os trabalhadores operacionais apenas executam a componente técnica que se inicia com a abertura da folha de obra, executando os trabalhos identificados.

Todo o processo de aprovisionamento é efectuado de acordo com as normas instituídas no despacho 31/DIR/DRAPN/2009, por intervenientes e local diferente da equipa técnica, obedecendo às fases do processo, de acordo com a caracterização do posto de trabalho de cada trabalhador.

O Controlo do processo e da segregação de funções encontra-se espelhado no Sistema de Gestão de Viaturas implementado em 2010.

**Área Funcional:** GESTÃO DAS VENDAS**Processo:** Vendas a Pronto**Fase do Processo:** Facturação em geral e cobrança**Identificação do Risco:** Eventuais desconformidades com a lei e com as normas internas.**Norma Reguladora:** Despacho Interno 13/2009.

O processo de receita é controlado através do Sistema de Facturação, do Sistema de Gestão de Vendas a Dinheiro que integra como Sistema SIGF, no âmbito da gestão analítica.

Sendo a área de actividade da DRAPN muito diversa, a tabela de artigos é muito extensa e complexa.

Nesta medida foi desenvolvido um classificador de receita (publicado na intranet), que suporta todos os documentos contabilísticos emitidos e a respectiva conformidade legal. Este documento estrutura toda a receita da DRAPN, associando a cada artigo a respectiva classificação económica e enquadramento legal e é sistematicamente actualizado em função das alterações legais.

O Referido Classificador é vertido para os sistemas de facturação (vendas a dinheiro/facturação), havendo total impossibilidade de facturar um serviço ou emitir uma venda a dinheiro em desconformidade legal tanto mais que o documento emitido menciona automaticamente o suporte legal.

Por outro lado, mensalmente é feita a conciliação entre a receita cobrada e a receita depositada através da importação dos dados do IGCP para o sistema de vendas a dinheiro da DRAPN, validando-se automaticamente o cruzamento de cada um dos movimentos efectuados nos dois sistemas, garantindo-se assim que toda a receita cobrada é depositada e contabilizada.

### **3. Anexo**

#### ***-Declaração de Impedimento***

**DECLARAÇÃO**  
(Garantias de Imparcialidade)

(Nome)-----, a exercer funções na (Unidade Orgânica) -----  
-----, desta Direcção Regional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas,  
por Tempo Indeterminado, tendo sido designado pelo sr. Director Regional, para integrar o Júri do  
Procedimento Concursal -----, declaro sob compromisso de honra, que não me encontro  
em nenhuma das situações integráveis nas normas contidas no art.º 44.º do Código do Procedimento  
Administrativo, aprovado pelo Decreto Lei n.º 442/91, com a nova redacção dada pelo Decreto Lei n.º  
6/96, de 23 de Janeiro.

Mais declaro, sob compromisso de honra, que não me encontro impedido ao abrigo de qualquer norma  
prevista em Lei especial.

Local, --/--/--

Assinatura

\_\_\_\_\_